

Veto Parcial nº 044/2021

58654348-e
AO EXPEDIENTE
Em 09/11/2021

ESTADO DE RONDÔNIA
Assembléia Legislativa
09 NOV 2021
Protocolo: 046/21
Processo: 046/21

Recebido, Autógrafo
Inclua em pauta.
09 NOV 2021
Governo do Estado de
RONDÔNIA
Secretaria
GOVERNADORIA - CASA CIVIL

Presidente
Assessora Legislativa
Folha 1
Estado de Rondônia

SECRETARIA LEGISLATIVA
RECEBIDO
10h:55min
09 NOV 2021
Eduardo Lopes
Servidor(nome legível)

MENSAGEM Nº 301, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021.

EXCELENTÍSSIMOS SENHORES MEMBROS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA:

Com amparo no artigo 42, § 1º da Constituição do Estado, impõe-me o dever de informar a Vossas Excelências que vetei parcialmente o Projeto de Lei de iniciativa dessa Ínclita Assembleia Legislativa, o qual “Assegura à pessoa idosa o direito à acompanhante nos estabelecimentos bancários, comerciais e demais estabelecimentos que necessitem de auxílio, no âmbito do Estado de Rondônia.”, encaminhado a este Executivo por meio da Mensagem nº 278/2021 - ALE, de 6 outubro de 2021.

Nobres Deputados, a referida proposta de Lei encontra-se em consonância com os preceitos insculpidos na legislação pátria, especialmente no que tange ao Princípio Constitucional da Separação dos Poderes e a divisão de competências previstas tanto na Constituição Federal, quanto na Constituição Estadual.

Todavia, em relação ao art. 4º do Autógrafo em comento, tem-se que este sucede em **inconstitucionalidade**, senão vejamos:

Art. 4º O Poder Executivo do Estado de Rondônia, no que couber, fica autorizado a regulamentar as normas necessárias para a fiel execução desta Lei.

Da análise do dispositivo trazido à baila, vê-se que, além da norma usurpar competência atribuída pela Constituição Estadual ao Chefe do Poder Executivo, conforme preconiza os arts. 39 e 65, viola também o Princípio da Separação dos Poderes, insculpido no art. 7º do mesmo ordenamento.

Neste diapasão, cumpre destacar que é pacífico na doutrina e na jurisprudência que cabe privativamente ao Poder Executivo a função administrativa, a envolver atos de planejamento, organização, direção e execução de políticas e de serviços públicos. Isto é, os atos de concretude cabem ao Poder Executivo, enquanto ao Poder Legislativo estão deferidas as funções de editar atos normativos dotados de generalidade e abstração.

Desta forma, pelo que se demonstrou no decorrer deste expediente, averigua-se que no dispositivo destacado, o Autógrafo em questão padece de **inconstitucionalidade material**, impondo a necessidade de veto parcial, com o fito de compatibilizar as disposições do Autógrafo em tela com os limites constitucionais incidentes sobre o processo legislativo.

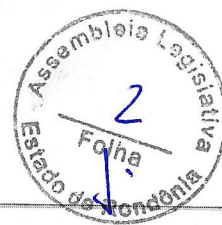
Certo de ser honrado com a elevada compreensão de Vossas Excelências e, conseqüentemente à pronta manutenção do Veto Parcial, antecipo sinceros agradecimentos pelo imprescindível apoio, subscrevendo-me com especial estima e consideração.

JOSÉ ATÍLIO SALAZAR MARTINS
Governador em exercício

Documento assinado eletronicamente por JOSÉ ATÍLIO SALAZAR MARTINS, Vice-Governador, em 08/11/2021, às 18:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e



seus §§ 1º e 2º, do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site portal do SEI, informando o código verificador **0021818744** e o código CRC **8063678A**.

Referência: Caso responda esta Mensagem, indicar expressamente o Processo nº 0005.479987/2021-84

SEI nº 0021818744

GOVERNADORIA - CASA CIVIL

LEI Nº 5.139, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021.

Assegura à pessoa idosa o direito à acompanhante nos estabelecimentos bancários, comerciais e demais estabelecimentos que necessitem de auxílio, no âmbito do Estado de Rondônia.

RONDÔNIA: O VICE-GOVERNADOR, no exercício do cargo de GOVERNADOR DO ESTADO DE

Faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica assegurado à pessoa idosa o direito à acompanhante nos estabelecimentos bancários, comerciais e demais estabelecimentos que necessitem de auxílio, no âmbito do Estado de Rondônia, sem prejuízo do que já dispõe o art. 16 da Lei Federal nº 10.741, de 12 de outubro de 2003.

Parágrafo único. Esta Lei garante à pessoa idosa o direito à acompanhante nos estabelecimentos bancários, comerciais e demais estabelecimentos que necessitem de auxílio, no âmbito do Estado de Rondônia, ainda que em período de decretação de calamidade pública em decorrência da pandemia da Covid-19, ou outras doenças infecciosas.

Art. 2º Os estabelecimentos que desobedecerem ao disposto nesta Lei ficam sujeitos à multa de 10 (dez) UPF/RO, podendo o valor da multa ser dobrado em casos de reincidência

Art. 3º O idoso que se sentir prejudicado em decorrência da inobservância desta Lei poderá acionar o PROCON/RO através do número 151, a fim de que esta Lei seja cumprida integralmente.

Art. 4º VETADO.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo do Estado de Rondônia, em 8 de novembro de 2021, 133º da República.

JOSÉ ATÍLIO SALAZAR MARTINS
Governador em exercício



Documento assinado eletronicamente por **JOSÉ ATÍLIO SALAZAR MARTINS, Vice-Governador**, em 08/11/2021, às 18:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site portal do SEI, informando o código verificador **0021838744** e o código CRC **6DA1EDF0**.